

### Crise Urbana e Habitação Popular em Campinas - 1870/1956\*

*Edemir de Carvalho*

Mestre em Sociologia pelo IFCH/Unicamp  
Doutorando em Sociologia pela Unesp/Araraquara

A idéia central deste trabalho reside na compreensão da construção do espaço urbano, através de uma perspectiva sociológica que possibilita alinhar, historicamente, as diversas questões decorrentes dessa construção, especialmente a habitação. Portanto, a articulação entre essa construção e a produção da habitação emergem, no interior da trama urbana, como resultado de vários processos, que por sua vez, articulam-se entre si.

O cenário campineiro sempre foi privilegiado, devido às condições históricas gestadas em seu território e, particularmente, no que se refere à montagem da sociedade industrial/urbana no Estado de São Paulo. Contudo, partimos do pressuposto de que, para o estudo de uma situação particular como a de Campinas, há necessidade de fixarmos alguns pontos de seu desenvolvimento: em primeiro lugar, a compreensão do espaço urbano campineiro frente ao complexo cafeeiro; em segundo, o entendimento das crises urbanas, bem como as questões delas decorrentes e, por último, de que as crises urbanas possuem interface com as questões sociais que, por sua vez, remontam e costuram a complexidade dos problemas urbanos.

Sem dúvida, Campinas possui dois momentos cruciais na sua história urbana: o primeiro, caracterizado pela

estruturação do complexo cafeeiro e, o segundo, marcado pela crise da economia cafeeira e a emergência da industrialização. Estes dois momentos estão assinalados por crises urbanas cujas características são completamente distintas: a primeira crise coincide com os surtos epidêmicos de febre amarela, enquanto a segunda, se dá a partir da instalação do mercado imobiliário em Campinas, nos anos 20.

A hipótese explicativa para tomarmos os surtos epidêmicos de febre amarela como manifestação de crise urbana reside no fato de que naquele momento estávamos diante da formação da rede urbana. A febre amarela provocou uma completa desorganização das atividades urbanas campineiras, cujo lado trágico atingiu diretamente a população mais pobre da cidade, tanto pelo morticínio causado quanto pela fuga apressada de grande parte da população para outras localidades.

Esta hipótese sustenta-se na idéia de que a febre amarela conduziu a esse trágico desfecho, porque o espaço urbano campineiro dava conta apenas de, propiciar as condições gerais e necessárias à reprodução do modelo pri-

\* Resumo da dissertação de mestrado, apresentada em 21 de junho de 1991, junto ao Instituto de Filosofia e Ciências Humanas da Unicamp, Programa de Pós-Graduação em Ciências Humanas.

mário-exportador, regido pelo café. Enquanto, a força de trabalho urbana, ficava à mercê da própria sorte. A epidemia colocou a nu as miseráveis condições de vida dessa população.

A transição (1889/1930) que se interpõe entre a primeira crise (1889/1897) e a seguinte (1930/1945) esteve marcada pela presença do Estado, na formulação de políticas públicas, invertendo o processo do período anterior, onde a esfera do privado confundia-se com a pública. Nesta transição, além do novo papel do Estado, observa-se o desenvolvimento da força de trabalho urbana.

No primeiro decênio do século XX, surgiram as primeiras greves operárias, contudo, elas não possuíam a mesma abrangência daquelas que se produziram em 1918/19. Estas últimas denunciavam claramente as fissuras no sistema ou os elementos da nova crise que se manifestaria com maior rigor na década de 30. A segunda crise tem sua primeira manifestação nas greves, dado que estas tinham um caráter muito mais amplo do que apenas as reivindicações salariais: elas estavam denunciando a emergência de uma força de trabalho urbana, a qual não possuía as mínimas condições necessárias para sua reprodução.

Essa segunda crise caracteriza-se pela articulação de vários processos, os quais deram novos contornos na configuração do espaço urbano campineiro: a emergência de uma força de trabalho quantitativa e qualitativamente distinta daquela situada no período anterior; o advento de um processo de industrialização e a necessidade de uma maior intervenção do Estado frente às novas questões urbanas apresentadas.

Essas novas questões estavam balizadas pelas solicitações feitas tanto

pelo capital quanto pela força de trabalho e fizeram com que essas demandas se traduzissem na necessidade de uma transformação nas formas de organização espacial, particularmente nas formas de apropriação e ocupação do solo urbano.

Tomamos como hipótese que a segunda crise esteve marcada pelo início de um processo de *periferização* da cidade e de renovação urbana, impondo novas formas de apropriação e ocupação do solo urbano. Portanto, a segunda crise encontra sua hipótese explicativa num processo que pode ser entendido a partir de uma visão geral e outra particular: uma diz respeito ao advento do processo de industrialização e outra processa-se através dos processos de reorganização espacial.

Ao processo de industrialização, implantado a partir da segunda crise, corresponde, no espaço urbano, uma determinada formação das condições gerais de produção em consonância com o desenvolvimento das relações sociais. É a partir desse pressuposto que podemos entender a produção em massa, nos anos 40 e 50, da habitação popular e a formação das imensas periferias, o que se denomina padrão periférico de urbanização.

Em 1950, o padrão periférico de urbanização já era um fato consumado, pois o processo de industrialização induziu a uma reorganização espacial ampla, à medida que ao processo de expansão urbana correspondia um processo de renovação do centro da cidade.

Foram incorporadas ao território urbano imensas parcelas de áreas rurais, abrindo um processo de loteamentos e ampliando indiscriminadamente o território urbano campineiro. A par deste processo, o centro da cidade de Campinas entrou num processo verti-

ginoso de renovação, consolidando as intenções colocadas nas décadas anteriores.

Essas transformações provocaram no plano físico uma clara especialização do espaço urbano, e no plano social, além da segregação espacial, provocou o advento de obstáculos, praticamente intransponíveis, em relação ao acesso à propriedade imobiliária, especialmente à habitação. Assim, nossa terceira hipótese centra-se na questão social urbana em que a habitação, especialmente a popular, se transformou. A ampliação da sua importância social está no fato da habitação popular comportar-se como um catalizador de amplo espectro social, e foi através dela ou nela, que se realizaram diversos interesses ou se expressaram como necessidades sociais. Desse modo, a formação de espaços operários equacionou, ao mesmo tempo, o assentamento do novo operariado urbano, bem como, através da segregação espacial, promoveu a valorização e a ampliação do mercado imobiliário, condicionando uma clara especialização do espaço urbano. Tudo isso equacionado através das políticas públicas realizadas pelo Estado.

Entende-se que com a implantação dos conjuntos habitacionais realizou-se uma *operação casada*, ou seja, ao mesmo tempo que se atendia parcela do operariado urbano, ligada às atividades produtivas mais tradicionais do município, ampliaram-se, concomitantemente, as possibilidades do mercado imobiliário operar em bases especulativas.

A constatação é que na década de 50 houve um *boom* imobiliário em Campinas, motivado não só pelo sucesso provocado pela implantação dos conjuntos habitacionais mas também pela expectativa criada pelos lucros

imobiliários conseguidos através da especulação com terras passíveis de serem parceladas e incorporadas ao território urbano. A própria implantação desses conjuntos envolveu negociações com consideráveis extensões de terra. Subjacente ao *boom* imobiliário ocorreu uma segregação espacial do trabalhador urbano, acompanhada de tentativas de eliminação das áreas centrais da cidade.

A habitação popular, enquanto problema social urbano, emerge como resultado das duas crises urbanas campineiras. Sem dúvida, a habitação popular insere-se no interior da produção do espaço urbano, não sendo possível entendê-la sem passar pela compreensão das crises e do desenvolvimento deste espaço. É o que esperamos demonstrar.

### *Estrutura da dissertação*

As questões acima colocadas nortearam a estruturação desta dissertação em três capítulos, os quais alinhavam a trajetória urbana campineira apoiando-a em dois momentos críticos da sua questão urbana, ou seja, nas crises urbanas e os conseqüentes períodos de transição.

No primeiro capítulo, privilegiou-se, de forma sucinta, a descrição da formação do núcleo urbano campineiro, centrando a observação na progressiva importância do espaço urbano para o complexo cafeeiro. Sem dúvida, Campinas foi um dos *cenários* onde as grandes transformações estiveram presentes. Assim, o desenvolvimento da economia cafeeira resultou numa significativa concentração de recursos e equipamentos no centro urbano campineiro, apoiado na constituição de uma rede urbana, da empresa ferroviária e da imigração européia. Em síntese, nesse primeiro capítulo, a breve descrição centra-se na formação do núcleo urbano campineiro.

ro, tendo como referência a concentração dos componentes urbanos do complexo cafeeiro.

No segundo capítulo, procurou-se entender as crises urbanas campineiras. A formação do centro urbano campineiro avalizou a identificação da questão urbana do século XIX, através de seu momento mais agudo ou de crise. Neste capítulo, a caracterização da primeira crise urbana demonstra, ao nível local e particular, como a produção e a organização do espaço urbano de Campinas gestou contradições que foram explicitadas pelos surtos epidêmicos de febre amarela.

O período de transição subsequente a essa primeira crise explicita o desenvolvimento das questões da segunda crise, dentre as quais destacam-

se: a presença do Estado na produção do espaço urbano e o surgimento do capital imobiliário, redefinindo as formas de apropriação e ocupação do espaço urbano.

No terceiro capítulo, demonstra-se que o desenvolvimento da segunda crise urbana implicou numa completa e radical transformação da cidade de Campinas, redefinindo sua questão urbana. A transição fez-se com uma íntima articulação entre os processos de renovação e expansão urbana, impondo o padrão periférico de urbanização. Como síntese desse processo transformador, a necessidade de produção em massa de habitações populares apresenta-se como corolário com profundas repercussões sociais da questão urbana suscitada na segunda crise.

### Ciência na Busca do Eldorado: a institucionalização das ciências geológicas no Brasil (1808-1907)

*Silvia F. de M. Figueirôa*

Professora-Doutora do Departamento  
de Geociências Aplicadas ao Ensino do Instituto de  
Geociências-Unicamp

A presente tese propõe-se a investigar, caracterizar e compreender o processo através do qual as ciências geológicas se implantaram e desenvolveram-se no Brasil ao longo do século XIX, basicamente. Em termos metodológicos, o trabalho assume uma postura contrária às visões correntes na historiografia das ciências no Brasil, que postulam a inexistência de atividades científicas no Brasil anteriormente ao início do século XX. Diversamente, constatou-se uma riqueza de atividades científicas, manifestada em publicações, instituições científicas, grupos de estudiosos etc., podendo-se mesmo identificar um padrão de institucionalização dessas ciências, caracterizado pelo *crescimento quantitativo, continui-*

*dade temporal e especialização* dos espaços institucionais. Nesse processo, foi fundamental o papel do Estado, mas também importante foi a ação dos próprios cientistas (individualmente ou em grupo), e de parcelas da elite. Modelos científicos e institucionais foram importados e adaptados de vários países, especialmente da Alemanha, França e Estados Unidos. A concepção de ciência como algo de aplicação é algo que se destaca e confirma-se nesse trabalho, e este aspecto pragmático constituiu a base da institucionalização das ciências no Brasil. No caso das ciências geológicas, o caráter aplicado esteve, por sua vez, subordinado aos interesses agrícolas, e não à mineração, como seria lícito supor.